

# Atuação do TCU gera benefício de R\$ 31,9 bi em 2008

A ação do Tribunal de Contas da União (TCU) gerou benefício de R\$ 31,9 bilhões em 2008. Isso significa que para cada R\$ 1 utilizado pelo TCU, R\$ 27,8 retornaram à sociedade. Só no quarto trimestre, entre prejuízos evitados, medidas corretivas e condenações por mau uso de dinheiro público a atuação do TCU gerou benefícios financeiros de R\$ 15,8 bilhões, valor 35 vezes superior ao gasto do governo federal com o tribunal.

As fiscalizações na área de energia destacaram-se nos últimos meses e contribuíram com mais de R\$ 11 bilhões para o resultado obtido. O TCU verificou que o Brasil deixa de receber cerca de R\$ 10 bilhões ao ano em impostos por perdas do sistema de energia elétrica. Os prejuízos aumentam a conta dos consumidores em 5% em razão de furtos, falhas operacionais e ausência de medição. A apuração também revelou que só o volume de energia perdida em 2007 poderia abastecer os estados de Minas Gerais, Ceará, Bahia e Pernambuco, juntos.

O TCU constatou ainda desperdício de aproximadamente R\$ 382 milhões por ano com isenção de tarifa elétrica para pessoas que não correspondem a consumidores de baixa renda e não deveriam ser beneficiadas. A adoção das determinações do TCU para redefinição dos critérios de enquadramento dos consumidores permitirá economia de cerca de R\$ 1,9 bilhão nos próximos cinco anos.

A área de transporte também teve destaque, com a análise de concessão de trechos rodoviários da BR-116 e da BR-324, na Bahia. As propostas feitas pelo TCU reduziram as tarifas de pedágio, que passaram de R\$ 3,20 para R\$ 2,80 na BR-116 e de R\$ 1,82 para R\$ 1,60 na BR-324. A redução possibilitará economia de aproximadamente R\$ 1 bilhão em benefício dos usuários nos próximos 25 anos.

Em 2008, o TCU condenou 2.163 responsáveis em débito ou multa. As condenações somam mais de R\$ 1,08 bilhão. A menção resumida desses benefícios reafirma o compromisso e o empenho do tribunal em atuar em áreas de maior risco e relevância, para proporcionar economia de recursos e melhoria dos serviços públicos ofertados à sociedade.

